

A FAMÍLIA REAL NO BRASIL E OS REFLEXOS EM MATO GROSSO

João Carlos Vicente Ferreira¹

Elizabeth Madureira Siqueira²

Sobre Dom João VI, Napoleão Bonaparte disse: “Ele foi o único homem que tirou proveito de mim.” O Príncipe Regente Dom João zarpou de Lisboa a 29 de novembro de 1807, juntamente com a Família Real portuguesa e expressivo número de pessoas, em torno 20 mil, dentre as quais incluía-se a fina flor da sociedade lusitana que trasladou para um território distante. Dentre os imigrantes destacam-se a nobreza, o clero e, sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Nessa medida, parcela do aparelho burocrata do Estado lusitano chegou ao Brasil, trazendo tesouros, religiosidade, cultura material e imaterial, vivência civilizatória, uma enorme quantidade de documentos e, aproximadamente, 60.000 livros da Biblioteca Real.

Essa ação determinou o efetivo nascimento do Brasil como Nação reconhecida internacionalmente, integrando o Reino Unido português.

Constata-se que inúmeras ações implementadas nesse período, na cidade do Rio de Janeiro, então a Corte, tiveram, por muito tempo, reflexos na sociedade cuiabana e mato-grossense.

O isolamento geográfico de Mato Grosso, desde sua formação enquanto unidade territorial pertencente a Portugal ou mesmo depois do Brasil independente, sempre foi fator que dificultou o seu desenvolvimento sociocultural e econômico. Sobre o isolamento mato-grossense, nos conta o viajante/cronista John Luccock que na sua viagem a Minas Gerais encontrou dois mercadores de Cuiabá que lhe confidenciaram nunca ter ouvido, em sua terra sobre a existência de guerras européias, imaginando existir, no Brasil, tão somente dois

1 Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Autor de diversos livros e artigos científicos versando sobre a realidade de Mato Grosso. Ex-Secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso. Membro correspondente do IHGB e filiado a outras Instituições culturais do Brasil.

2 Curadora da Casa Barão de Melgaço. Membro da Academia Mato-Grossense de Letras. Historiadora aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso e, atualmente, Coordenadora da Editora da mesma Instituição.

povos, os portugueses e os espanhóis, sendo o restante composto por povos indígenas.

Ao assinar, em janeiro de 1808, a lei que autorizava a abertura dos portos, Dom João estava muito longe de supor que o Brasil caminharia rapidamente para sua independência, deflagrada 14 anos depois. Tinha em mente que a transmigração da Família Real para o Brasil não colocaria em risco a integridade do império, pelo simples fato de ser a “sede” do governo lusitano. Com isso, Dom João quebrou a lógica de sistema colonial, comprometendo de forma definitiva a reserva de produtos e de mercados brasileiros em relação à Europa, permitindo, inclusive, o anseio da sociedade em manter o “status” que a presença da Corte ofereceu aos novos nobres. Por tudo isso foi aberto o caminho à Independência do Brasil.

A transmigração da Família Real trouxe inúmeros benefícios ao nosso país, especialmente no tocante à sua elevação, de Colônia, a Reino Unido a Portugal e Algarves. Esse evento foi o grande responsável pela operacionalização do processo de Independência, na medida esse evento consagrou uma nova posição do Brasil perante os demais Estados Nacionais.

Vejam pontualmente algumas instâncias que afetaram Mato Grosso:

- A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, (1808-1821), quando a ex-colônia brasileira se converteu em sede da monarquia;
- Ato de janeiro de 1808, na Bahia, onde D. João VI assinou uma Carta Régia abrindo os portos brasileiros ao comércio com as nações amigas;
- Implantação da Impressão Régia (13 de maio);
- Criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação em 23 de agosto de 1808;
- Criação do Banco do Brasil, em 12 de outubro de 1808;
- A assinatura do Tratado de Amizade e Aliança e de Comércio e Navegação, em 19 de fevereiro de 1810, com a Inglaterra;
- A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815;
- A morte da rainha-mãe, em 20 de março de 1816, tornou-o sucessor imediato em Portugal com o título D. João VI, sendo coroado no Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1818, como o 27º Rei de Portugal e o 1º do Reino Unido;
- Em 26 de abril de 1821, D. João e sua Corte deixam o Brasil, retornando a Portugal;

- O reconhecimento da Independência política do Brasil (1825), proclamada em 1822, por seu filho, D. Pedro I.

A TRAJETÓRIA DE MATO GROSSO RUMO À INDEPENDÊNCIA

As origens históricas do povoamento de Mato Grosso estão ligadas às descobertas de ricos veios auríferos, já no começo do século XVIII. Em 1718, o bandeirante Antônio Pires de Campos, que um ano antes esteve às margens do Rio Coxipó, em local denominado São Gonçalo Velho, onde combateu e aprisionou centenas de índios Coxiponé (Bororo), encontrando em seguida com integrantes da Bandeira de Paschoal Moreira Cabral (Leme), informando-lhe sobre a possibilidade de escravizar índios.

Foi nessa época que alguns dos seus companheiros, embrenhando-se Coxipó acima, encontraram em suas barrancas as primeiras amostras de ouro. Entusiasmados pela possibilidade de riqueza fácil, renegaram o objetivo principal da bandeira, sob os protestos imediatos de Paschoal que, entretanto, aderiu aos demais. Foi desta forma que, estando à procura de índios para escravizar, Moreira Cabral encontrou ouro, em grande quantidade.

Espalhou-se então a notícia da descoberta das Minas do Cuiabá. Vale dizer que o adensamento da Forquilha foi inevitável, o que preocupou a comunidade quanto à manutenção da ordem e estabilidade do núcleo. Esse fato levou Paschoal Moreira Cabral, juntamente com alguns bandeirantes, a lavrar uma ata e fundar o Arraial de Cuiabá, em 8 de abril de 1719, devendo a partir de então, seguir administrativamente os preceitos e determinações legais da Coroa. Na verdade, a Ata de Criação de Cuiabá deixa evidente a preocupação de Paschoal Moreira Cabral de notificar à Coroa Portuguesa o seu direito de posse sobre as novas lavras.

Em 1722, por Provisão Régia, o Arraial cuiabano foi elevado à categoria de distrito da Capitania de São Paulo. A Coroa mandou que o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes instalasse a Vila. Essa autoridade partiu de São Paulo a 6 de junho de 1726 e chegou em Cuiabá, a 15 de novembro do mesmo ano. A 1º de janeiro instalou a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

No período colonial, Portugal se empenhou na defesa do território conquistado. A preocupação com a fronteira, a extensa linha que ia do Paraguai ao Acre, continha um aspecto estratégico nevrálgico: ocupar o máximo de território possível na margem esquerda do Rio Guaporé e na margem direita do Rio Paraguai. Visando fortalecer e

garantir as posses conquistadas, D. João V criou, no ano de 1748, a Capitania de Mato Grosso, independente da de São Paulo. Sua capital deveria ser instalada na região mais vulnerável, no Rio Guaporé, avizinhandose com o império espanhol.

À Capitania de Mato Grosso faltava população, visto que rala e espalhada por um extensíssimo território, e recursos financeiros para manter a política de conquista. Favorecimentos especiais foram prometidos para os que morassem em Vila Bela, visando o aumento da povoação.

Como o Rio Paraguai era vedado à navegação até o Oceano Atlântico, os governadores da Capitania agilizaram o domínio dos caminhos para o Leste e a navegação para o Norte, através dos rios Madeira, Arinos e Tapajós.

Ocorreram avanços de ambas as partes: do lado lusitano através de vigoroso avanço via Oeste e, por parte da Espanha, rumo ao oposto. Antes da criação da capitania de Mato Grosso, os missionários jesuítas espanhóis ocuparam a margem direita do Rio Guaporé, como medida preventiva de defesa. Para desalojar os missionários inacianos, o primeiro capitão-general da recém-criada capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, empregou todo tipo de recursos, inclusive bélicos.

Foi durante o governo do penúltimo capitão-general, João Carlos Augusto D'Oeynhausen de Gravenberg, que Dom João VI instituiu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a 16 de dezembro de 1815. A proximidade do governo supremo, sediado no Rio de Janeiro, favoreceu a solução mais rápida das questões governamentais do extremo Oeste. A independência de comércio trouxe novos alentos à vida mato-grossense.

Com a aproximação do fim do período colonial, Cuiabá assumiu aos poucos a liderança política. Vila Bela da Santíssima Trindade funcionou eficazmente como centro político da defesa da fronteira, não podendo ostentar o brilho comercial de Cuiabá e de Diamantino. O último governador da Capitania mato-grossense, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, já governou todo o tempo em Cuiabá.

Em Mato Grosso, precisamente nos anos de maturação da Independência, acirraram-se as lutas pelo poder supremo da Capitania. A nobreza, o clero e o povo depuseram o último governador, Magessi. Em seu lugar foi eleita uma Junta Governativa em Cuiabá, sendo que outra instalou-se no distrito de Mato Grosso, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, a partir de 17 de setembro de 1818. Sob o

regime de Juntas Governativas, entrou Mato Grosso no período do Brasil independente, transformando-se em Província.

O RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO INTERIORANO

O estabelecimento da Corte no Brasil favoreceu a recepção de **missões e expedições** de naturalistas e pesquisadores europeus que palmilharam vasta extensão do território brasileiro. Em 1808, achava-se o Brasil em grande parte descoberto, porém inexplorado e muito pouco estudado, oportunizando a configuração de um retrato do Império brasileiro, emoldurado com cores e traços impressos pelos desenhistas e pintores integrantes das expedições. Da mesma forma, a fauna e flora foram estudadas cientificamente através da recolha de espécimes vegetais, animais e minerais prospectadas por estes expedicionários. As explorações de caráter científico não haviam sido sistematicamente organizadas antes do século XIX, tendo sido a colônia, para os sábios europeus, um verdadeiro *mundus novus*, a ser pesquisado, pois, até então, a natureza tropical brasileira havia sido mantida escondida a sete chaves pela Coroa portuguesa.

Mato Grosso, então uma Capitania distante do Rio de Janeiro, não deixou de sofrer os reflexos dessa movimentação, uma vez que se tratava de uma província criada, a 9 de maio de 1748, para ser a guardiã da fronteira Oeste, ou, na visão lusitana, a *chave e o propugnáculo do sertão do Brasil* (CARNAXIDE, 1954). Nessa medida, era de interesse estratégico não só manter a capitania/província, mas também conhecê-la mais profundamente. A facilidade de penetração em Mato Grosso atraiu também inúmeros viajantes estrangeiros que, subsidiados pela Coroa ou por conta dos seus governantes, ingressaram em território mato-grossense, deixando ao final da viagem um acervo pictórico e em publicações de extrema relevância para os estudos regionais do século XIX. Tais ingressos em terras mato-grossenses tornaram-se freqüentes, não apenas no reinado de Dom João VI, mas por todo período imperial.

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire permaneceu 6 anos viajando pelo território brasileiro, a partir de 1816. É dele a frase histórica que exemplifica o espírito dinâmico de nosso Monarca: “O gosto pela história natural faz nascer o de viajar... Quando o rei D. João VI mudou para o Rio de Janeiro a sede do seu Império, o Brasil abriu-se finalmente, para os estrangeiros. Essa terra, nova ainda, prometia aos naturalistas as mais ricas messes, foi ela que eu me dispus a percorrer.” (SAINT-HILAIRE, 1938).

Um exemplo clássico da influência joanina sobre o interesse científico pelo Brasil foi a viagem implementada pelo *Barão de Langsdorff*, expedição russa que percorreu o solo mato-grossense, deixando registrados, em desenhos primorosos, de autoria dos franceses *Aimé-Adrien Taunay* (notável artista membro de ilustre família francesa, que morreu afogado nas águas do Rio Guaporé, em Mato Grosso) e de *Hercules Florence* (polígrafo, desenhista e escritor, que passou grande parte de sua vida em Campinas/SP e foi pioneiro da fotografia no mundo), aspectos da vida e da paisagem mato-grossense, com especial relevância para a população indígena, cujas pranchas ilustram o interesse dos visitantes por essa etnia, revelando e até mesmo quantificando estes povos, no século XIX, visto não terem sido os mesmos integrados aos censos demográficos. *Karl Von den Steinen*, alemão, chefiou duas outras expedições, desta vez sob os auspícios do Imperador D. Pedro II. Deixou escrita a preciosa obra *Pelo Brasil Central*, além das *Conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre 1884 e 1888*. Visitantes (quase) anônimos também estiveram em Mato Grosso, como o italiano *Bartolomé Bossi*, que deixou uma inestimável contribuição sobre o território e seu povo, na obra *Viaje pintoresco por los rios Parana, Paraguay, San Lorenzo y Cuiabá y El Arino tributário Del grande Amazonas com La descripción de La provincia de Mato Grosso najo su aspecto físico, geográfico, mineralógico y sus producciones naturales*, publicado em Paris, em 1965. *Franz Dionant*, francês, em sua passagem por Mato Grosso, deixou escrito *Le rio Paraguay et État brésilien de Matto Grosso*, publicado em Bruxelas no ano de 1907. *Nijs Ferdinand* percorreu o território mato-grossense durante o segundo Império e deixou escrito *Voyage au Mato Grosso*, publicado em Bruxelas em 1901.

Além desses estrangeiros, estudiosos brasileiros, a exemplo de João Severiano da Fonseca, também, no rastro dos percursos anteriores, descreveu detalhadamente a realidade brasileira, tendo dedicado um capítulo de sua obra *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)*, que atingiu e dedicou um capítulo à província de Mato Grosso.

Extremamente importantes foram as expedições de reconhecimento das novas vias fluviais, permitindo que o fluxo de navegação fosse implementado não apenas pelos rios Cuiabá/Paraguai e Guaporé, mas, também por regiões geográficas. Por isso, constamos a organização de importantes expedições, cujos resultados foram de inestimável valor para a navegação no período joanino e enquanto frentes de colonização que, no futuro, mapeariam tão importantes vias de navegação: Aos 2 de setembro de 1812 parte de Cuiabá uma expedição que visava explorar o Rio Arinos e verificar a possibilidade

de atingir Belém, a partir do Rio Tapajós. A expedição foi autorizada pelo capitão-general João Carlos D'Oeynhausen de Gravenberg e nela embarcaram 72 pessoas, percorrendo 485 léguas sob o comando de Miguel João de Castro. A empreitada foi marcada por grande sucesso, sendo implementada a rota comercial historicamente denominada *Carreira do Pará*, via pela qual chegavam com maior rapidez iguarias e especiarias vindas de Belém. A 29 de julho de 1819, por determinação do Governador Francisco de Paula Magessi, partiu de Cuiabá uma outra expedição chefiada por Antônio Peixoto de Azevedo para fazer o *reconhecimento do Rio Paranatinga*. O resultado foi plenamente satisfatório em vários aspectos, especialmente por descobrir a fertilidade do solo ao longo da margem daquele rio. No entanto, não era via fluvial apropriada à navegação por ser muito encachoeirado.

IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA

Em 3 de fevereiro de 1817, dá-se em Cuiabá, o lançamento da pedra fundamental da *Santa Casa de Misericórdia*, em funcionamento até os dias de hoje. Os serviços de benemerência das Santas Casas de Misericórdia têm as suas raízes em Lisboa-Portugal, onde, por inspiração da Rainha Leonor de Lencastre, em 1498, foi instituída a primeira Santa Casa de Misericórdia do mundo (**O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira - As práticas médicas**).

A presença dos portugueses nos territórios conquistados foi marcada pela Evangelização e pela Assistência Social. A execução dessa linha de ação social foi desenvolvida pelas Santas Casas de Misericórdia. No Brasil, mais do que em qualquer outro país colonizado pelos portugueses, as Santas Casas vingaram de modo especial. Em Mato Grosso, sua implantação no período joanino, aliado ao esforço exclusivo do Governador João Carlos Augusto D'Oeynhausen de Gravenberg demonstraram avanços na área de saúde em época de escassos recursos na medicina;

Em 18 de abril de 1818, Dom João VI envia carta régia postada do Rio de Janeiro ao Capitão-General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, instruindo-o para criar na Capitania de Mato Grosso um estabelecimento militar destinado à fabricação e conserto de armamento bélico. A construção teve início no ano seguinte, sendo seu primeiro diretor o brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes. Atualmente, o prédio denominado *Arsenal de Guerra* foi restaurado e revitalizado e abriga imenso núcleo de interesse cultural.

INTEGRAÇÃO AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em dezembro de 1815, o príncipe-regente D. João elevou o Brasil ao *status* de nação. Com a queda de Napoleão, muita coisa mudou em Portugal e os súditos portugueses não se conformavam com a abertura dos portos brasileiros, dizendo que “Portugal se tornara uma colônia da colônia.” As Cortes portuguesas, então dominadas pelas forças liberais, instaram D. João VI a retornar a Portugal, sendo o objetivo restabelecer o *status quo* anterior a 1808, isto é, anterior à abertura dos portos brasileiros, de modo que a Portugal fosse restituída a supremacia política sobre o Brasil. D. Pedro se tornou imperador do Brasil e lutou contra as forças republicanas e federalistas que ameaçavam a integridade territorial do país, pois a unificação e a centralização do novo Estado, sob a forma imperial, ocorreram no momento mesmo da Independência. Nesse contexto, a Capitania/Província de Mato Grosso, tão distante da capital imperial necessitava de renovar sua economia baseada exclusivamente no extrativismo mineral de aluvião e pecuária e agricultura de sustentação.

Uma das principais vias de comunicação de Mato Grosso, em meados do século XIX, era o Rio Paraguai. Com a ascensão da nação paraguaia em termos econômicos e bélicos ocorreram conflitos que desencadearam uma guerra, entre os anos de 1865 e 1870, tendo, de um lado a Tríplice Aliança e, de outro, o Paraguai, ocasião que se oportunizou uma maior visibilidade ao território mato-grossense, visto que palmilhado não só pelos combatentes regionais, mas por expressões do militarismo nacional, a exemplo do Visconde de Taunay que publicou inúmeras obras sobre o conflito em terras mato-grossenses.

O final da contenda oportunizou para Mato Grosso, a exemplo da abertura dos portos às nações amigas, o franqueamento da navegação pelo rio Paraguai, ocasião em que embarcações de grande, médio e pequeno calado, vindas da Europa ou dos principais portos marítimos brasileiros, via estuário do Rio da Prata, atingiam Corumbá, Cáceres e Cuiabá. Essa movimentação foi responsável pela integração de Mato Grosso ao capitalismo mundial, pois muitas casas comerciais (nacionais e estrangeiras) se estabeleceram nas principais cidades portuárias, oferecendo mercadorias importadas e comercializando matéria-prima extraída do território mato-grossense, a exemplo da borracha, ipeca-cuanha (poaia) e erva-mate, além dos subprodutos animais.

A abertura desta aquavia facilitou a entrada, em Mato Grosso, não só de mercadorias, mas também de pessoas interessadas, umas, em estabelecer-se comercialmente; outras, como visitantes temporários

e, algumas, para se fixar definitivamente em solo mato-grossense. Por outro lado, a integração da província ao grande comércio internacional favoreceu o desenvolvimento urbano, o aumento da população, do número de jornais impressos regionalmente, assim como de condições de desenvolvimento educacional.

CONFLITO ENTRE ELITES REGIONAIS

Acompanhando a movimentação nacional durante a Regência, a província de Mato Grosso desencadeou a Rusga, segundo movimento na escala daqueles de caráter aparentemente xenofóbico explodidos em todo território nacional. Comandada pela Guarda Nacional, a Rusga mato-grossense foi muito além dessa mobilização contra estrangeiros, pois representou uma disputa intra-elites, aquela tradicional, que durante séculos se sucedia no comando provincial, e a elite nativa, composta pelos membros da Sociedade dos Zelosos da Independência, agremiação politicamente ligada à ala dos Liberais.

A movimentação eclodiu no dia 30 de maio de 1834 e os registros históricos nos dão conta de que nessa noite reuniu-se no Campo D'Ourique (antigo Largo de Forca, mais tarde sede da Assembléia Legislativa estadual e, hoje, abrigo da Câmara Municipal de Cuiabá), uma multidão revoltada e enraivecida que, sob toque de tambores e cornetas e comandadas pela própria Guarda Nacional, percorreu as ruas de Cuiabá, passando a atacar mortalmente os membros da elite colonial, dentre os quais destacam-se portugueses e outros estrangeiros, além de uma elite local. O grito de guerra era “Morreram os Bicudos, Pés de Chumbo”. Muitos portugueses morreram, outros tantos foram maltratados e humilhados.

O Presidente da Província, João Poupino Caldas, tentou conter a fúria da população enraivecida, nada conseguiu a não ser a denominação de traidor, por pertencer ao grupo liberal moderado. Da mesma forma os exaltados cuiabanos não ouviram os apelos do bispo D. José Antônio dos Reis, que de crucifixo na mão implorava o término da carnificina, mas de nada adiantaram seus apelos.

Esse movimento deu-se em função da opressão que os portugueses exerciam nas camadas mais pobres das comunidades, sendo principal chefe desse movimento nativista em Mato Grosso, foi o médico cirurgião e botânico Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, na época cognominado *O Tigre de Cuiabá*.

Mesmo tendo como ponto nodal a questão xenofóbica, o grande mote da Rusga foi, inegavelmente, as disputas entre as elites Cara-

mu e Liberal. Esta última, desmembrada em moderada e exaltada. Implementada pela Guarda Nacional, que apoiava incontestemente os Liberais exaltados, o movimento demonstrou que este partido político, mesmo demonstrando uma cisão interna, conseguiu vencer e expurgar da província, sob a pressão das armas, parte da elite que, historicamente, vinha dominando o cenário regional.

AVANÇOS NO CAMPO EDUCACIONAL

Muito significativa foi a contribuição da vinda da Família Real para o Brasil no campo educacional. Levando-se em conta que o Brasil tornou-se a sede da Corte, necessário se fez propiciar aos novos moradores uma educação aprimorada, a semelhança daquela ministrada em Portugal. A criação da Imprensa Régia foi uma forma de fazer imprimir livros e periódicos que pudessem dar alimento cultural à população. Por outro lado, já em 1827, D. Pedro I criou dois Cursos Superiores no país: as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo. 1827 marca ainda a primeira grande direção educativa: uma lei que instituía o ensino primário obrigatório, estabelecia métodos de ensino (ensino mútuo), assim como estabeleceu as formas de ingresso e seleção de professores para o magistério. Essa legislação, de âmbito nacional, foi adaptada por todas as províncias brasileiras, também na de Mato Grosso, onde ela foi conhecida e seus princípios seguidos. A partir daí, o governo provincial assumiu para si a educação elementar (primária), responsável pela formação de muitos jovens mato-grossenses que, no futuro, puderam estudar nas Faculdades do Império, especialmente na de Direito de São Paulo, cuja articulação com Mato Grosso, se fez mais cômoda a partir da abertura da navegação pelo Rio Paraguai, a partir de 1871. Muitos dirigentes mato-grossenses e autoridades do Poder Judiciário foram formados pela Faculdade paulista, formando a elite dirigente regional. Não é por acaso que os cursos jurídicos foram os primeiros a serem instituídos, já na década de 1930, no cenário mato-grossense.

OS AVANÇOS NAS COMUNICAÇÕES

É importante observar que no período compreendido entre 1805 e 1825, essa porção do território mato-grossense, experimentou o maior dinamismo de todo o seu processo ocupacional. Esse dinamismo esteve em estreita ligação com a navegação fluvial do Rio Arinos que através do Rio Juruena permitia atingir o Rio Tapajós, por onde se penetrava em território amazonense e paraense. Essa via

de comunicação estabelecida em 1813 tornou-se fundamental não só para a entrada de migrantes para essa porção territorial, mas também se transformou na principal via comercial com outras Províncias brasileiras - Amazonas e Acre.

Mato Grosso ofereceu ao Brasil, um dos mais, senão o mais importante agente no campo das comunicações: Cândido Mariano da Silva Rondon, filho do distrito de Mimoso, comunidade pantaneira integrada ao município de Santo Antônio de Leverger - Mato Grosso. Esse personagem, nascido em 1865, foi responsável pela implantação do Telégrafo a fio, rasgando o Brasil, de Norte a Sul, implantando os postes e estações telegráficas. Ao lado deste trabalho, a Comissão Rondon procurou integrar os índios aos trabalhos dos telégrafos, ensinando-lhes o Código Morse e mantendo-os como funcionários do Ministério do Exército. Essa ação, aparentemente burocrática, garantiu a permanência constante junto aos postos telegráficos, pois os índios, nativos da terra, tinham condições, mais que os brancos, de subsistirem às agruras do sertão e da selva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A independência, o desenvolvimento e a identidade cultural brasileiro se forjaram num processo extremamente singular, visto que fruto da necessidade da Corte lusitana se afastar da Europa, em tempos bastante conturbados, escolhendo o Brasil, colônia bi-secular, para sede da Família Real. Esse evento foi o grande responsável pela nova configuração que o Brasil tomou, possibilitando-o não só assegurar as conquistas territoriais e identitárias, já conseguidas antes de 1808, mas, sobretudo, galgar, logo nos dez primeiros anos da chegada do príncipe D. João, um ganho político: sua elevação a Reino Unido, e, em 1822, a nação independente. Esse processo, que teve sua aceleração a partir da chegada da Corte no Brasil, determinou muitos acontecimentos que reverteram em favorecimento a todo território nacional. Em especial para Mato Grosso, capitania criada oficialmente em 1748, os ganhos durante o século XIX foram muitos, seja no processo de seu reconhecimento e valorização, seja pela troca cultural, científica e educacional que, da Corte (RJ), atingiu o extremo Oeste, possibilitando ao território e à população mato-grossenses uma evolução significativa e irreversível.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL, 1969.
- DIONAND, Franz. **Le Paraguay ET État brésilien de Mato Grosso**. Bruxelas: Nouvelle, 1907.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso**. Cuiabá: Buriti, 2004.
- _____. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: SEC, 2001.
- FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (1821-1829)**. São Paulo: EdUSP, 1977.
- FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil 1875-1878**. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro, 1986. v. 1-2.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Matto Grosso**. São Paulo: Typ. Henrique Schoreder, 1869.
- NIJS, Ferdinand. **Voyage au Mato Grosso**. Études coloniales. Bruxelas: 1901.
- PÓVOAS, Lenine Campos. **História Geral de Mato Grosso**. Cuiabá: (s.n.), 1996.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes**. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico do Mato Grosso colonial**. Cuiabá, (s.n.), 1999.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.
- _____. et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Guaicurus, 1991.
- SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuyaba: notas de um naturalista**. São Paulo: Cayeiras, 1922
- STEINEN, Karl von den. **O Brasil Central**. São Paulo: Nacional, 1942.
- _____. **Conferências realizadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, entre 1884 e 1888**. Cuiabá: IHGMT, 1998 (Publicações Avulsas, 4).